

16. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE:

Da **DSJC** submetendo à consideração do Executivo Municipal o protocolo mencionado em epígrafe, a celebrar nos termos e condições constantes do mesmo.

Tem informação circunstanciada da mesma Divisão, segundo a qual se trata de uma proposta de celebração de um Contrato de Comodato entre o Município e a Direção Regional de Cultura do Norte.



BRAGA
Município

DMGAP - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO

Da Assessoria de 28/11

Parecer 2019/11/28/10.500/6

Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso

Concordo. Repreter-se ao Sr. Diretor
J. L. Almeida.

15/5/2019

Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Concordo

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

16/5/2019

Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 6 de novembro de 2017

A consideração superior para submeter
a reunião de Câmara, tratando-se de
um valor a ser pago para a aquisição de
um romano de Braga

23/5/2019

Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal

Ass. Excmo. Municipal

16/5/2019

Informação: 13999 de 09/05/2019

Assunto: Contrato de Comodato - Proposta - Parecer Jurídico

Técnico Responsável: João Orlando Travassos Freitas Alcaide

Proceder-se
de acordo com o despacho superior
28/5/2019
João Orlando

Informação:

Na verdade, no âmbito do presente Processo, encontramos-nos perante uma proposta de celebração de um Contrato de Comodato entre este Município de Braga e a Direção Regional de Cultura do Norte, a qual tutela o Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, apresentando como objeto um elemento arquitetónico romano proveniente do edifício do Coliseu de Roma. Efetivamente, nos termos do disposto nos considerandos da proposta de Contrato, o Município, por um lado, procura um espaço museológico adequado para a exposição permanente da peça, com os propósitos da respetiva valorização e do seu amplo usufruto por parte dos munícipes e dos turistas; e o Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, por outro lado, possui um discurso museográfico que enquadra, de forma temática e cronológica, a Antiguidade Clássica e o reflexo do Mundo Mediterrânico no Noroeste da Península Ibérica, observando-se a possibilidade de criação de uma área expositiva específica para a peça, e dispendo de um Laboratório de Conservação e Restauro, com pessoal técnico qualificado, para a conservação e valorização de peças arqueológicas.



Na realidade, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), estabelece, no respetivo artigo 23.º, n.º 1, que *"constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias"*. Além disso, de acordo com o artigo 23.º, n.º 2, alínea e), do RJAL, o município dispõe de atribuições, designadamente, nos domínios do património e da cultura. Aliás, determina o artigo 33.º, n.º 1, alínea t), que *"compete à câmara municipal assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal"*.

Com efeito, é nosso entendimento que, tomando em consideração o teor da proposta de celebração de Contrato de Comodato, bem como o quadro legal estatuído no RJAL, o instituto que melhor conforma a relação que se pretende constituir é o Protocolo de Colaboração, como, além do mais, resulta da mensagem de correio eletrónico do Sr. Vereador da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade, Professor Doutor Miguel Bandeira, datada de 07 de abril de 2019.

Consequentemente, remetemos, em anexo, proposta de celebração de Protocolo de Colaboração.

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA
E A DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE**

CONSIDERANDO:

Que a Câmara Municipal de Braga é proprietária de um elemento arquitetónico romano proveniente do Edifício do Coliseu de Roma, que lhe foi oferecido pela sua congénere de Roma no ano de 1950, a propósito da inauguração do Estádio 28 de Maio (hoje, Estádio 1.º de Maio);

Que a Câmara Municipal de Braga assume como desígnios a divulgação e a valorização da referida peça arquitetónica, procurando um espaço museológico adequado para a exposição permanente da mesma, no sentido de ser usufruída pelo maior número possível de munícipes, bem como por todos aqueles que nos visitam;

Que o Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, em Braga, tutelado pela Direção Regional de Cultura do Norte, possui um discurso museográfico que enquadra, de forma temática e cronológica, a Antiguidade Clássica e o reflexo do Mundo Mediterrânico no Noroeste da Península Ibérica e, designadamente, na cidade romana de *Bracara Augusta*;

Que há, no Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, a possibilidade de criação de uma área específica para a exposição permanente da mencionada peça, dispondo o Museu de Arqueologia de um Laboratório de Conservação e Restauro devidamente apetrechado, com pessoal técnico qualificado, para a conservação e valorização de peças arqueológicas;

Que, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea e), em conjugação com o artigo 33.º, n.º 1, alínea t), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente nos domínios do património e da cultura, competindo

à câmara municipal assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

Que a Direção Regional de Cultura do Norte é um serviço periférico da administração direta do Estado, com intervenção nas áreas do património cultural, dos museus e da produção artística, e com a missão da criação de condições de acesso aos bens culturais, do acompanhamento das atividades e da fiscalização das estruturas de produção artística, do acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitetónico e arqueológico, e do apoio a museus;

É celebrado o subsequente **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**.

ENTRE:

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça do Município, código postal 4700-435, concelho de Braga, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio, adiante denominado Primeiro Outorgante;

E

Direção Regional de Cultura do Norte, pessoa coletiva n.º 600067831, com sede na Praceta da Carreira, código postal 5000-560, concelho de Vila Real, que tutela o Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, neste ato representada pelo seu Diretor Regional, Doutor António Ponte, adiante denominada Segundo Outorgante;

Que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

O presente Protocolo estabelece os termos e as condições da colaboração entre o Primeiro Outorgante e o Segundo Outorgante, com o desígnio da exposição permanente do elemento arquitetónico romano proveniente do Edifício do Coliseu de Roma no Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, com o propósito da respetiva valorização e ampla divulgação.

Cláusula 2.ª

1. O Primeiro Outorgante obriga-se a proceder à entrega do elemento arquitetónico romano ao Segundo Outorgante.
2. O Primeiro Outorgante obriga-se a assegurar todos os procedimentos necessários para a entrega do elemento arquitetónico ao Segundo Outorgante, designadamente preparação da documentação, embalagem e transporte do elemento.

Cláusula 3.ª

1. O Segundo Outorgante obriga-se a expor, de forma permanente, a peça arquitetónica romana, propriedade do Primeiro Outorgante, no Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, no sentido da sua valorização e divulgação.
2. O Segundo Outorgante obriga-se a garantir todas as intervenções necessárias para a boa conservação e valorização da peça arquitetónica do Primeiro Outorgante, nomeadamente recorrendo ao Laboratório de Conservação e Restauro.

Cláusula 4.ª

A peça arquitetónica romana não poderá ser deslocada para fora do Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa sem o conhecimento e a autorização expressa do Primeiro Outorgante.

Cláusula 5.ª

No caso de se verificar qualquer dano ou situação anómala na peça arquitetónica, deverá o Segundo Outorgante notificar imediatamente o Primeiro Outorgante, com a finalidade de se promoverem as diligências necessárias.

Cláusula 6.ª

1. A divulgação da peça, por parte do Segundo Outorgante, por qualquer meio ou suporte editorial, deverá obedecer a critérios de qualidade.
2. O Segundo Outorgante compromete-se a referir sempre que o Primeiro Outorgante é a entidade proprietária da peça.

Cláusula 7.ª

A descrição da peça deverá mencionar a natureza da oferta como testemunho da irmandade entre os "Países Latinos" e as cidades de Roma e de Braga.

Cláusula 8.ª

1. O presente Protocolo de Colaboração tem o seu início no dia 00 de maio de 2019, e vigorará por períodos de 5 anos, sendo automaticamente renovado por períodos sucessivos.
2. O Protocolo de Colaboração pode cessar por incumprimento do Segundo Outorgante ou por vontade de qualquer das partes, devendo tal intenção ser comunicada, de modo expresse, com um prazo nunca inferior a dois meses de antecedência.

O presente Protocolo de Colaboração é elaborado em duplicado, ficando um original na posse de cada um dos Outorgantes.

Aos 00 dias do mês de maio do ano de 2019

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Dr. Ricardo Rio)

(Doutor António Ponte)